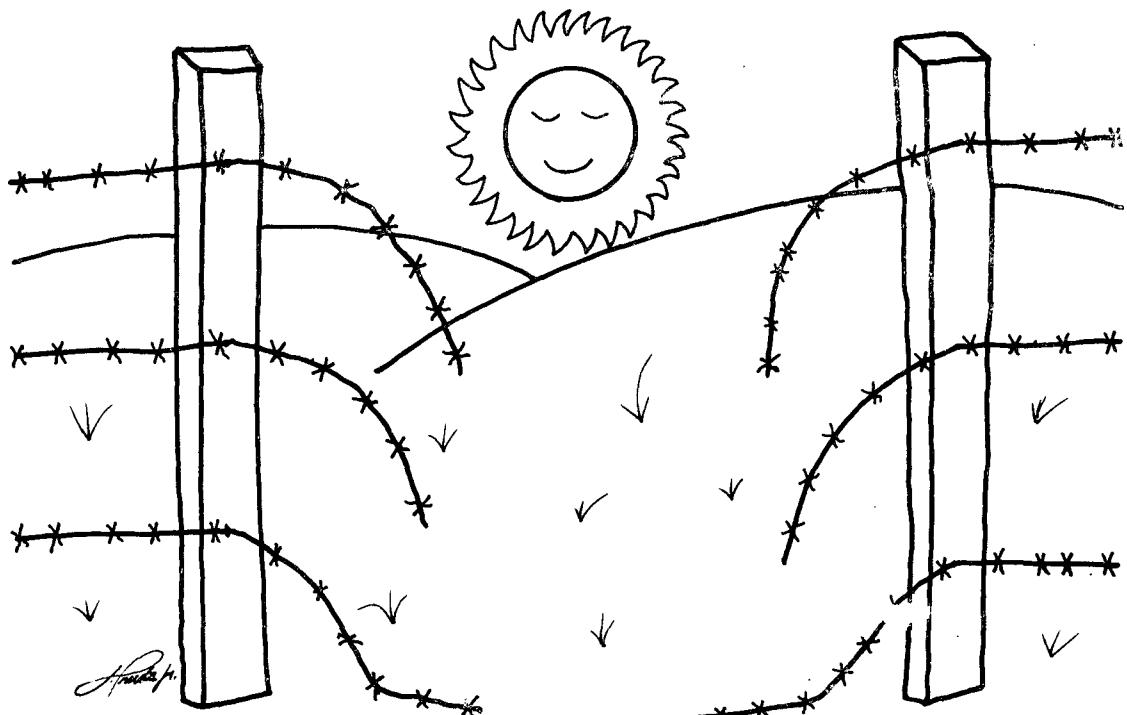


Aconteceu

REFORMA AGRÁRIA



ASSINE A

INICIATIVA POPULAR

Aconteceu

nº 416 - Junho/1987

CEDI Centro Ecumônico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho (coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinícius Grötti Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA
Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 40 Europa, África e Ásia US\$ 45

Fazendo esta assinatura de apoio

vou receber de brinde

um exemplar dos *Cadrados do CEM*.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumônico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 45 Europa, África e Ásia US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumônico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

MANIFESTAÇÃO CONTRA SARNEY NO RJ

A pedra no
meio do caminho
Ricardo Noblat (*)

Em menos de 72 horas, o presidente da República foi apedrejado no Rio de Janeiro e o ministro da Fazenda intensamente vaiado em São Paulo. No Rio, ofereceram o presidente, em hora de congestionamento popular, à sanha de assalariados malpagos e de desempregados que se dirigiam às barcas de Niterói e aos ônibus da Zona Norte. Não poderia haver cenário mais apropriado para um presidente impopular correr o risco de ser agredido. O ministro Bresser Pereira foi vaiado no santuário nacional do PMDB, em reunião com militantes do seu partido.

A costumeira miopia política do governo o levou a tratar o episódio do Rio, até aqui, como um atentado ao presidente, às instituições e ao processo de redemocratização do país. Nada mais selvagem e condenável que uma manifestação que degenera em tentativa de agressão contra qualquer pessoa - mais grave ainda quando o alvo é o presidente da República. Nada mais estreito, porém, que pretender confundir o presidente com as instituições e com a democracia, como se a rejeição a um significasse a repulsa ao resto.

Não é crível que fossem muitos, entre os que vaiaram e atiraram pedras no presidente, os que desejavam, com seu comportamento, o retorno ao estado autoritário com o arquivamento de vez da redemocratização do país. É mais plausível que ali estivessem, em grande maioria, os que, atraídos pelo barulho provocado por um grupo de militantes políticos, decidiram aproveitar a ocasião para liberar seu inconformismo com um governo incompetente, ineficaz e desorientado. Para evitar a repetição de episódios como esse, não basta ameaçar com as penas da lei e reforçar a segurança.

E preciso algo que parece estar muito além das possibilidades de um presiden-

te fraco e de um governo mediocre - a capacidade de resgatar a esperança do povo em um projeto político, econômico e social para o país. A imaturidade não está nas ruas - está no Congresso, onde os partidos não se entendem em torno de uma Constituição que poderá sair pior do que a encomenda e está no coração da administração pública, onde o presidente é tímido para governar, os ministros atuam de forma descoordenada e os cargos continuam sendo leiloados para garantir cinco anos de mandato para Sarney.

O governo Sarney acabou com o enterro do Plano Cruzado logo após as eleições de novembro passado. O que se assiste, desde então, são tentativas malsucedidas de ressuscitá-lo - a moratória envergonhada de janeiro prestes a ser revogada, o discurso do "fico cinco anos" no poder e, agora, mais recentemente, o Plano Bresser. O plano, propriamente dito, foi fechado de improviso. Para que desse certo seria preciso que o governo demonstrasse uma competência que não tem, e só não vê que ele começa a fazer água quem não quer enxergar.

Na madrugada em que o pacote estava sendo embrulhado na casa de Brasília do ministro da Fazenda, foi mais ou menos aleatória, por exemplo, a fixação em 9,5 por cento da desvalorização do cruzado em relação ao dólar. O presidente do Banco Central queria uma desvalorização de 15 por cento. No final da tarde daquele dia, Bresser ainda argumentava em favor de oito por cento. Contemplou-se, também, a hipótese de pagar de uma só vez o resíduo da inflação passada. Sarney gostou da fórmula de devolvê-lo em seis prestações porque, se a conjuntura política exigir, poderá fazê-lo de uma só tacada.

O presidente, que convidou o governador do Ceará para ministro da Fazenda, insinuou que o substituto de Dilson Funaro seria Rafael de Almeida Magalhães e acabou por nomear Bresser, está ele mesmo, aos poucos, se encarregando de torpedear um plano que capou os salários e que reintroduziu um falso congelamento. Com

uma mão, cortou poucas despesas responsáveis pelo crescimento do déficit público. Com a outra, autorizou bancar parte da dívida dos estados e animou projetos de duvidoso alcance social formulados por seu ministro do Planejamento.

Estuda um reajuste para o salário mínimo e ordenou ao consultor-geral da República que encontrasse uma fórmula para anular a garfada que o Plano Bresser deu no mês de junho no rendimento das caderetas de poupança. Não se discute aqui o mérito das duas iniciativas - constata-se, tão-somente, que elas põem em risco a viabilidade de um plano que em pouco ou em nada difere dos planos que carregaram a marca da Velha República e que foram condenados pelo PMDB. De resto, é curioso ver o presidente garantir a integridade da poupança popular que seu ministro da Fazenda nega que tenha sido atingida.

A um dos seus ministros, Sarney con-

fessou não gostar do plano que avalizou. Bresser soube do comentário, cobrou uma explicação e Sarney negou que tivesse dito o que disse. A direção da CNBB, na semana passada, Sarney fez restrições à ortodoxia do plano. Faria melhor o presidente se voltasse a se imbuir da convicção de que o seu é um governo provisório, feito para durar pouco tempo. Quando pensava assim, logo após a morte de Tancredo Neves, quis convocar as diretas para a escolha do seu sucessor juntamente com as eleições municipais de novembro de 1985.

Foi convencido do contrário. Quer cinco anos de mandato. Não vê que seu governo é hoje uma pedra no caminho da democratização plena do país.

(JB - 29/6/87)

(*) Ricardo Noblat é editor regional do Jornal do Brasil em Brasília.

Constituinte

PLURALIDADE SINDICAL É PONTO MAIS POLÊMICO

A introdução da pluralidade sindical é a mais polêmica das inovações contidas no anteprojeto de Constituição que o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, entregará hoje à tarde ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Outros pontos que deverão causar controvérsia quando o texto começar a ser debatido no plenário da comissão, no dia 7 de julho, são o conceito de empresa nacional, a anistia aos civis e militares cassados e a criação de um Conselho da República, que substituiria o atual Conselho de Segurança Nacional.

Veja como ficam os pontos principais no anteprojeto:

Reforma agrária: Fica estabelecida uma diferença, no que se refere ao direito de propriedade, entre "bens de uso pessoal" e "bens de produção". Em caso de desapropriação, os critérios para determinar o valor e a forma de indenização dos "bens de produção" ficam subordinados a três fatores: 1) uso produtivo ou especulativo; 2) produtividade média; e 3) "significação econômica do ato expropriatório em relação ao patrimônio do expropriado". Essa proposta acata os termos do relatório da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, elaborado pelo senador José Bisol (PMDB-RS), de centro-esquerda, desprezando-se o relatório da Comissão de Ordem Econômica, que foi aprovado por uma maioria "conservadora". O anteprojeto da Comissão de Sistematização deixa de fora, porém, teses como a imissão imediata de posse das terras desapropriadas pela União e a limitação do tamanho das propriedades rurais - defendida pelos "progressistas".

Direito de voto: O voto é obrigatório para os maiores de dezoito anos que saibam ler e escrever.

Verbas públicas para educação: É derrubada a proposta da "exclusividade" das verbas públicas para as escolas públicas. Além destas, poderão receber esses recursos as escolas "comunitárias, filantrópicas e confessionais".

Reserva de mercado: Fica mantida a reserva para as empresas nacionais de tecnologia de ponta, mas o termo "reserva de mercado" é substituído por "proteção interna".

Definição de empresa nacional: Foi adotado o seguinte conceito sobre empresa nacional: "É uma pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle decisório e de capital estejam em caráter permanente, exclusivo e incondicional sob a titularidade de pessoas físicas domiciliadas no país, ou por entidades de direito público interno".

Censura: Fim da censura prévia. Será admitida somente a "censura classificatória" para espetáculos de diversão, ficando livres o teatro e o cinema. Será criado um "conselho de ética", com representantes da sociedade, encarregado de fazer a censura classificatória para os programas de televisão, definindo horários e faixa etária.

Sistema de governo: É mantido o parecer da Comissão da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo, que instaura o parlamentarismo misto. Por esse sistema, o presidente da República fica como chefe de Estado, mas o chefe do governo é o primeiro-ministro, ao qual estão subordinados todos os demais ministros. O presidente indica o primeiro-ministro, que fica encarregado de formar o gabinete.

Sindicatos: Passa a vigorar a pluralidade sindical, ou seja, é livre a formação de sindicatos por empresa, por categoria profissional, etc., podendo coexistir mais de um sindicato na mesma base territorial. No entanto, para efeitos de negociações trabalhistas, o Estado só reconhecerá um único sindicato por categoria. Os

critérios para definir esse sindicato serão estabelecidos por lei. A contribuição sindical passa a ser facultativa.

Anistia: São anistiados, com direito à re integração em seus postos e indemnizações, todos os funcionários públicos civis e militares cassados por motivos políticos desde 1946.

Judiciário: É mantido o Supremo Tribunal Federal, com todas as suas atuais atribuições. É rejeitada, assim, a proposta de criação de um Tribunal de Garantias Constitucionais. Porém, a comissão cria o Superior Tribunal de Justiça, que absorverá as funções do Tribunal Federal de Recursos (TFR).

Conselho de Segurança Nacional: Esse órgão é extinto e, em seu lugar, é criado o Conselho da República, com a seguinte composição: presidente da República; presidentes da Câmara e do Senado; primeiro-ministro; líderes da maioria e da minoria na Câmara; o ministro da Justiça; um dos ministros militares (em sistema de rodízio) e seis cidadãos maiores de 35 anos. O Conselho da República poderá, entre outras coisas, dissolver a Câmara, convocar referendo, decretar a guerra e estabelecer a paz e decretar os estados de defesa, sítio e calamidade pública. Os seis cidadãos que vão integrar o Conselho da República serão escolhidos da seguinte forma: dois pelo Executivo, dois pelo Legislativo e dois pelo Judiciário. (FSP - 26/6/87)

Trabalhadores Urbanos

RECESSO: INDÚSTRIA DEMITE MILHARES DE TRABALHADORES

Apesar da atual crise na indústria automobilística - agravada ontem com a decisão da Ford e da Volkswagen de demitirem 4 mil trabalhadores - o setor encaminhará, nos próximos dias, ao Conselho Interministerial de Preços (CIP), um novo pedido de reajuste de preços nos veículos, segundo revelou ontem à noite o presidente da As-

sociação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea, André Beer. A Ford e a Volkswagen vão demitir para enfrentar a atual crise no mercado automobilístico. Os pátios estão abarrotados e sem espaço para abrigar os quase três veículos produzidos a cada minuto que passa. Além da retração nas vendas, a situação foi agravada desde o último dia 16, com o locaute dos 4 mil revendedores autorizados, que se recusam a receber novos veículos, enquanto o governo não reduzir o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). As fábricas de automóveis e as indústrias de autopeças deverão fechar o mês de junho com 10 mil demissões desde o início da atual crise. Os fornecedores de componentes e autopeças, até o final de maio, haviam dispensado 4 mil 200 trabalhadores, reduzindo seu efetivo de mão-de-obra para 289 mil 500. A previsão do setor, neste mês de junho, é que mais de 2 mil 100 trabalhadores sejam dispensados, superando maio último. A deflagração das demissões em massa começou na última sexta-feira, quando a fábrica de caminhões Saab-Scania demitiu 177 trabalhadores. Em Betim, Minas Gerais, o sindicato dos metalúrgicos local denunciou que a Fiat já dispensou, neste mês de junho, 500 trabalhadores. Hoje ou na próxima segunda-feira, a Ford e a Volkswagen - que tem como holding a Autolatina - deverão anunciar oficialmente o corte de empregados. As dispensas na Ford deverão ser de 1 mil 500 trabalhadores, principalmente da fábrica de São Bernardo do Campo, enquanto as outras 2 mil 500 devem ocorrer na fábrica da Volkswagen, também em São Bernardo. As duas montadoras, juntas, possuem 67 mil empregados e representam cerca de 60% do mercado. A GM, ontem, anunciou férias coletivas para 10 mil trabalhadores, a partir do dia 1º, seguindo o exemplo das demais montadoras. (JB - 26/6/87)

METALÚRGICOS PROTESTAM

Os metalúrgicos realizaram assembléias on-

tem, nas portas das indústrias automobilísticas, em protesto contra as demissões no setor. Hoje, pela manhã, diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo deverão ser comunicados oficialmente das 4 mil demissões na Ford e na Volkswagen. As 18h, está prevista uma assembleia no sindicato, para discutir o problema. Na próxima quarta-feira, ocorrerá uma passeata em São Bernardo, do sindicato ao Paço Municipal, em protesto contra as demissões e o pacote Bresser. O presidente eleito da entidade, Vicente Paulo da Silva, terá uma audiência na próxima segunda-feira, em Brasília, com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. (JB - 26/6/87)

METALÚRGICOS TERÃO PLEBISCITO SOBRE REDUÇÃO DE SALÁRIOS

O sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte iniciará na segunda-feira um plebiscito entre os 9.500 trabalhadores da siderúrgica Mannesmann, para consultá-los sobre a proposta de redução de 25% da jornada de trabalho, acompanhada de proporcional redução dos salários, sugerida pela empresa. A redução da jornada, segundo informou a assessoria de comunicação social da siderúrgica, visaria readaptar o quadro de pessoal à realidade de produção da empresa, para evitar demissões. Na última segunda-feira, a Mannesmann demitiu setenta trabalhadores, elevando para seiscentos o número de demissões este ano. Segundo o presidente do sindicato dos metalúrgicos, Paulo Cesar Funghi, só nas últimas duas semanas a empresa efetuou cerca de trezentas demissões. Funghi disse discordar do argumento da direção da siderúrgica, afirmando que, ao contrário de prejuízos, a empresa está em plena expansão. Afirmou que o sindicato não concorda com a redução dos salários, "pois isso representaria a fome e a miséria para o trabalhador". A diretoria do sindicato solicitou a suspensão imediata das demissões até o resultado do plebiscito. (FSP - 24/6/87)

POR TUÁRIOS ACEITAM PROPOSTA E TERMINAM GREVE

Terminou a greve dos portuários do Rio, que paralisava há nove dias cinco portos do Estado do Rio (Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Niterói, Sepetiba e Forno, em Arraial do Cabo) e os portos de Vitória, Ilhéus, Aratu, Salvador, Aracaju, Recife e Manaus, que também haviam aderido ao movimento desde a segunda-feira passada. Os portuários aceitaram a nova proposta de correção da curva salarial feita pela Portobrás, desta vez com aval do Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise). A nova correção da curva salarial proposta pela Portobrás vai dar aos portuários aumentos escalonados de três a 24 por cento, ao contrário da proposta inicial, feita pela própria Portobrás, mas não aceita pelo Cise, que previa reajustes maiores e representava um aumento de 16 por cento da folha de pagamento da estatal. A correção da curva salarial era um dos itens do acordo salarial que já havia sido firmado entre a Portobrás e os portuários, prevendo este mês correspondente a 100 por cento do INPC, cinco por cento de produtividade, 50 por cento de gratificação de férias, adicional noturno mais a correção da curva salarial aprovada pelo Cise. A nova proposta salarial dos portuários também foi aceita ontem pela direção do Sindicato dos Portuários do Rio. Os portuários fluminenses decidiram voltar ao trabalho a partir das 7h da manhã de hoje. A categoria, entretanto, atendeu ao pedido da direção da Companhia Docas para iniciar ontem mesmo, à noite, o desembarque dos dois navios carregados com trigo que tinha sido interrompido por causa da greve e já ameaçava comprometer o abastecimento do produto aos moinhos do Estado. Os dois navios - "Zuleika Borges", com 30 mil toneladas de trigo, e "Santista", com 20 mil toneladas - começaram a ser descarregados pelos dois sugadores do Cais do Porto do Rio a partir das 19h. (**O GLOBO - 26/6/87**)

SITUAÇÃO VENCE ELEIÇÃO DOS METALÚRGICOS DE SP

A chapa 1, encabeçada pelo atual presidente em exercício, Luiz Antonio de Medeiros, venceu ontem, em segundo escrutínio, as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, obtendo 36.796 votos (52,39%) contra 25.858 (40,08%) atribuídos à chapa 2, liderada por Lúcio Bellentani, da direção nacional da CUT. A apuração foi encerrada às 17h30 no ginásio de esportes do Ibirapuera, zona sul. Medeiros iniciará, no dia 1º de agosto, um mandato de três anos em substituição a Joaquim dos Santos Andrade, "Joaquinzão", presidente da CGT que comandou o sindicato durante vinte e um anos. Tanto ele como Joaquim conclamaram os metalúrgicos à união, mas os pedidos foram recebidos com reservas pelos representantes das duas chapas de oposição. Lúcio Bellentani e Carlúcio Castanha, da chapa 3, afirmaram deter "o comando de fato da categoria", argumentando que os votos nas fábricas mais importantes foram para a oposição. Medeiros contestou esta avaliação, dizendo que venceu em fábricas como a Villares, Monark, Siemens e Aliperti. No segundo escrutínio votaram 64.510 eleitores e foram atribuídos 1.885 votos à chapa 3. (**FSP - 27/6/87**)

Trabalhadores Rurais

GOVERNO CORTA 70% DA PREVISÃO DE ASSENTAMENTOS DE SEM-TERRA

O Governo reduziu em 70% a meta de assentamentos de colonos fixadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária. Dos 300 mil previstos até o fim deste ano, serão efetivados apenas 80 mil. No próximo ano, os assentamentos, em vez de 450 mil, serão de 200 mil. A decisão foi anunciada pelo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, após reunião com o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire. Segundo Aníbal Teixeira, às novas metas serão adicionadas "duas novas estratégias"

gias de reforma agrária". A primeira consiste em proteger a pequena propriedade, estimulando o cooperativismo. A segunda é facilitar a regularização de posses nas áreas de fronteira agrícola, onde surgem a cada ano 150 mil novos proprietários. "Vamos humanizar e apoiar a ocupação das novas fronteiras", anunciou o ministro. A revisão das metas de assentamento, afirmou Teixeira, é resultado da frustração daquelas fixadas pelo Plano. De acordo com seus dados, apenas 11 mil famílias foram beneficiadas até o momento, quando o objetivo para o final de 1986 era de 150 mil. Os dados do ministro, no entanto, não correspondem aos do Incra. Sua argumentação também não convence a diretoria do Instituto. O diretor de Cadastro e Tributação, Luís Marcos Magalhães Gomes, informou que já foram beneficiadas pelas desapropriações cerca de 30 mil famílias, uma parte das quais ainda em fase de assentamento. "É um recuo e uma regressão política a revisão de metas", afirmou Gomes. Os censos realizados pelo Incra e IBGE detectaram a existência de 6 a 8 milhões de famílias de trabalhadores sem terra no país, dos quais a meta final do governo - assentar, até 1989, 1,4 milhão de famílias - corresponde a 23% (tomando-se 6 milhões). "Esta meta é mímina para justificar o termo reforma agrária. Com a revisão, o objetivo não será mais mudar a estrutura agrária do país, mas evitar conflitos nas áreas de fronteira agrícola", argumentou Gomes. O secretário geral da Contag, André Montalvão, repudiou a revisão das metas: "Não concordamos porque a meta inicial já era tímida. O Governo, se for sério, tem condição de cumprir o que foi estabelecido". Para Montalvão, está havendo uma confusão deliberada entre reforma agrária, colonização e defesa de pequenas propriedades. (JB - 24/6/87)

BLITZ COMPROVA 'ESCRAVIDÃO' NO INTERIOR DE SÃO PAULO

O Secretário de Trabalho de Alagoas, José Humberto Vilar Torres, afirmou ontem, de-

pois de uma blitz que durou duas horas e meia na Usina Martinópolis, em Serrana (SP), que os migrantes de seu estado estão vivendo ali em regime de semi-escravidão. Ele garantiu que, a partir de hoje, o Estado de Alagoas colocará ônibus e uma ajuda de custo para a alimentação à disposição dos que desejem voltar ao seu Estado. Vilar Torres pediu tranquilidade a um grupo de 48 migrantes que deixou a usina a alguns dias e está vivendo com alimentação fornecida pela Prefeitura de Serrana. Segundo o Secretário, se ele conseguir firmar contrato com uma empresa de ônibus, esse primeiro grupo poderá partir ainda hoje. Quanto aos mais de 800 que ainda se encontram na Usina e que reclamaram do alojamento, alimentação, horário de trabalho, descumprimento do valor do preço de corte de cana e da palavra dada pelos empreiteiros que os contrataram, terão seus casos analisados um a um. (O GLOBO - 24/6/87)

OS SEM-TERRA DA ANNONI AMEAÇAM NOVAS INVASÕES

O clima de tensão voltou a aumentar ontem no Rio Grande do Sul. Os líderes dos invasores da fazenda Annoni anunciaram que ocuparão novas propriedades caso o governo não assente as 1.300 famílias acampadas no local. O presidente do Pacto de Unidade de Resposta Rural (Purr), Vali Albrecht, garantiu que se os sem-terra tentarem invadir outras fazendas serão recebidos a bala. Ele desafiou os integrantes do PT e da Igreja, que apóiam os invasores, a "virem na frente na hora em que esses vagabundos chegarem em nossas terras. Aí mostraremos com quantos paus se faz uma cangalha". Das 1.500 famílias que em outubro de 1985 invadiram a Annoni - uma área de oito mil hectares nas cidades de Ronda Alta e Sarandi -, 1.300 ainda estão acampadas, em condições precárias. Segundo um dos líderes dos invasores, Darci Maschio, integrante da executiva nacional do Movimento dos Agricultores Sem-Terra,

"não vamos passar mais um inverno na Annoni. Se o governo não liberar as áreas que estão dependentes para desapropriação na Justiça, trataremos de liberá-las a nosso modo". (ESP - 26/6/87)

Índios

FUNAI VÊ APLICAÇÃO DE VERBAS DO POLONOROESTE

Com a participação da antropóloga e consultora do Banco Mundial, Maritta Kock-Weber, de técnicos da SUDECO de Mato Grosso e Brasília, Ministério da Agricultura, Instituto de Pesquisas Econômicas e Funai, começaram ontem à tarde, em Cuiabá, as reuniões de avaliação em torno da destinação dos recursos provenientes do Polonoroeste para este ano nas áreas dos indígenas sob a jurisdição da 2ª Superintendência, que abrange os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. A reunião de ontem teve como objetivo inicial avaliar o desempenho da FUNAI durante o ano passado no tocante à administração dos recursos do Polonoroeste, alocados junto ao Banco Mundial e aplicados nos mais variados projetos dentro das reservas indígenas abrangidas pelo programa. Para isso, foi discutida a problemática de todas as comunidades, especialmente no tocante ao aspecto jurídico e social. As discussões se concentraram também na situação das áreas demarcadas e que apresentam conflitos, tal como, o complexo do Grande Aripuanã. (CORREIO DO BRASIL/DF - 19/6/87)

FUNAI CRIA 54 POSTOS INDÍGENAS

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, assinou ato criando mais 54 postos indígenas no Amazonas, Acre e Rondônia e no Território de Roraima. Ao atender as reivindicações dos índios daquela região, considerou também a necessidade de uniformidade na articulação com outras entidades. Os novos postos foram criados graças a recursos do Projeto Calha Norte. (CORREIO BRAZILIENSE/DF - 19/6/87)

ÍNDIOS INVADEM ÁREA DO XINGU ARMADOS

Cerca de 40 índios Kaiapó invadiram, neste final de semana, a cidade de São Félix do Xingu, armados de espingardas, e chegaram a ferir um funcionário da Companhia de Mineração do Pará (Comipa), Rui Sampaio. Segundo informações que circularam na cidade, os Kaiapó promoveram a invasão em protesto contra o roubo de madeira em sua reserva. Tanto a delegacia de polícia de São Félix como a administração regional da Funai em Redenção, à qual se subordinam os Kaiapó do Xingu, estão desde sábado sem comunicação telefônica, dificultando maiores informações a respeito. (TRIBUNA DA IMPRENSA/RJ - 22/6/87)

FUNAI E SEMA DISCUTEM ÁREA INDÍGENA

O Brasil terá a sua primeira Reserva Ecológica de Interesse Indígena a se situar na atual reserva de Iquê, em Mato Grosso. O titular da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), Roberto Messias Franco, e, o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, já têm acertados os detalhes para a criação da nova reserva. Os 200 mil hectares que compõem Iquê integram os quase 600 mil hectares a serem demarcados pelo governo federal para os índios Enauenê-Nauê. Esta semana, assessores do ministro do Interior, da Funai, do governo de Mato Grosso e o padre Tomás de Aquino Lisboa - do Conselho Indigenista Missionário e da Operação Anchieta -, foram convidados a sobrevoar a área. (JORNAL DE BRASÍLIA/DF - 19/6/87)

SERTANISTAS DA FUNAI VÃO SE REUNIR

O ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcanti e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá Filho, abrem, no próximo dia 22, às 10 horas, no Auditório do Ministério do Interior, o I Encontro de Sertanistas da Fu-

nal, que tem como objetivo reunir subsídios para definir as diretrizes básicas do órgão tutor na questão concernente aos índios arredios (ainda não contatados), bem como elaborar normas operacionais para esta linha de ação da Funai. O encontro que pela primeira vez se realiza, no País, reunirá os sertanistas da Funai que efetivamente tenham chefiado expedições e frente de atração, além de técnicos do Museu do Índio e dos departamentos da administração central da Fundação Nacional do Índio. Durante uma semana, em regime de horário integral, os sertanistas estarão discutindo temas como o histórico das frentes de atração, análise crítica da política de atração, aspectos ecológicos-defesa do território, saúde dos grupos arredios e recém-contatados, segurança dos grupos arredios, aspectos administrativos, preservação cultural, pessoal, e-equipamentos, localização dos grupos arredios, estrutura operacional das frentes de atração e comportamento ético. O coordenador do encontro, sertanista Sidney Possuelo, que já participou de várias frentes de atração, observou que o atual presidente da Funai, Romero Jucá Filho, foi o primeiro a se preocupar concretamente com a situação dos índios arredios. Possuelo exemplifica essa postura com a criação, este ano, da Coordenadoria de Índios Arredios, vinculada diretamente à presidência do órgão, e responsável pela organização do encontro. O sertanista acredita que os 38 grupos arredios levantados até hoje, devem se elevar para mais de 50, quando a Funai já estiver com um trabalho sistematizado de localização dos índios arredios. (O ESTADO DO PARANÁ/PR - 19/6/87)

ÍNDIOS CONTRA A FUNAI

Os índios do Nordeste não confiam mais na Funai e chegaram à conclusão de que as reivindicações feitas por eles nunca serão atendidas pelo órgão. Os 25 representantes de nove nações indígenas reunidos no fim de semana em Salvador decidiram não mais apelar à fundação e por isso

enviarão um documento ao presidente da República informando sobre os problemas das tribos. Indigenistas e antropólogos da região, que participaram do encontro promovido pelo Cimi - entidade ligada à CNBB -, também criticaram a Funai. A antropóloga Maria Rosário Carvalho, da Universidade Federal da Bahia, disse que o órgão não tem credibilidade e "não dispõe de uma política ou sequer de um programa de assistência ao índio. A rigor, nem se lembra que ele existe". O principal problema das nações indígenas do Nordeste é a ocupação de suas terras por fazendeiros e posseiros. Segundo os índios, as denúncias de invasão encaminhadas à Funai são raramente investigadas, o que deixa as tribos desconfiadas da verdadeira intenção do órgão. Eles se queixaram ainda da falta de assistência sanitária, educacional e jurídica "que deveriam ser patrocinadas pela Funai" - ressaltaram. A esperança dos líderes indígenas é de que a Constituinte aprove a emenda que reconhece os índios como nação específica e independente, verdadeira proprietária de suas terras. Eles não acreditam mais que a Funai possa colaborar para que tenham seus direitos territoriais e culturais respeitados. Durante o encontro foi redigido um documento, que será encaminhado ao presidente Sarney, reivindicando o cumprimento dos direitos dos índios. Cópias desse documento serão endereçadas a todos os ministros e governadores do Nordeste. (ESP - 23/6/87)

KAIGANGUE LIA NO SEU IDIOMA

Em 1970, a primeira cartilha nas línguas portuguesa e kaigangue no país, para alfabetização dos pequenos indígenas em seu próprio idioma, foi adotada na reserva de Guarita, no Rio Grande do Sul, beneficiando cerca de 200 famílias, além de grande número de índios que vinham de outras aldeias para aprender. A cartilha foi elaborada pela professora Ursula Wiesemann, do Summer Institut for Mission, mas o siste-

ma de alfabetização bilingüe parou em 1985, quando uma crise entre dois grupos indígenas provocou a expulsão da missão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) da região. Mas o trabalho de assistência e catequese dessa Igreja, iniciado há 25 anos, permitiu a formação de uma comunidade indígena que ainda se considera luterana (mais de 50 famílias), especialmente em questões de cultos e estudos teológicos. Isso permite que, até hoje, continue a ser usado o hinário (livro de canções) na língua kaigangue e também o Novo Testamento, ambos traduzidos para a língua indígena com a ajuda de Ursula Wiesemann. Na área de ensino, porém, o trabalho iniciado pelo pastor Norberto Schwantes não existe mais. Esse tipo de alfabetização bilingüe fazia parte de um serviço mais amplo prestado pelos luteranos, que incluía escola primária, escola normal e depois escola técnica agrícola, assistência de saúde e até a criação de um internato indígena, pelo qual kaigangues de outras reservas vinham se alfabetizar e freqüentar os cursos fornecidos pelos luteranos. Na alfabetização, os pastores também se assessoravam de professores indígenas (monitores) bilingües. A IECLB vem retomando, aos poucos, esse trabalho de assistência religiosa, desde que a missão religiosa foi expulsa da área, em 1985, no meio da disputa de dois índios para se elegerem cacique entre os 1.500 do grupo. A área ini-

cial de 23 mil hectares, distribuída pelos municípios de Tenente Portela, Mira-guai e Redentora, foi dividida em dous, com um novo cacique em cada uma, tornando-se a nova reserva de Guarita e a outra, a de Irapuã. (JB - 21/6/87)

FUNAI NAO QUER TURISMO NAS ALDEIAS

A proposta do presidente da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (MS-Tur), Antonio Bessa, de transformar aldeias indígenas do Estado em ponto de atração turística foi recusada pela administração regional da Funai, em Campo Grande, assim como pelas principais lideranças das comunidades. O que Bessa não sabia, no entanto, é que seu projeto fere o Estatuto do Índio, no seu Artigo 58, Parágrafo II, que diz: utilizar o índio ou comunidade com objetivo de propaganda turística ou exibição para fins lucrativos, é crime, e a pena pode variar entre dois a seis meses de detenção. Mas somente após quase uma semana feita a proposta, é que a Fundação Nacional do Índio, através da sua Superintendência em Cuiabá-MT, manifestou-se. Ontem, o administrador em Campo Grande, Orivaldo Cardoso Filho, comunicou Antonio Bessa, da MS-Tur, que além da resistência das comunidades indígenas, a sua proposta também fere o Estatuto do Índio, por isso, ela não seria aceita. (CORREIO DO ESTADO/MS - 3/6/87)

5 MIL 816 km² SERÃO INUNDADOS NA AMAZÔNIA

Com os 500 milhões de dólares pedidos ao Banco Mundial, em Washington, no dia 26 de maio - e que deverão estar liberados até o dia 1º de julho - a Eletrobrás se prepara para inundar mais de 5 mil 816 km² de território brasileiro - a maior parte florestas virgens na Amazônia - para gerar 14 mil 19 megawatts. A Amazônia - "página inacabada do Genesis", como a chamava Euclides da Cunha - vai ser escrita, agora, pela industrialização.

Nove usinas hidroelétricas, prioritárias entre as 28 do Plano de Recuperação Setorial da empresa, terão seus projetos básicos concluídos, obras iniciadas, adiantadas ou finalizadas. Eraram 11, mas o presidente Sarney cancelou as obras da usina de Machadinho, no Rio Grande do Sul, e os investimentos em Itaipu, com o corte de despesas do plano Bresser. Todos os projetos implicam drástica intervenção do Estado no meio ambiente e nas sociedades adjacentes, com profundas consequências sociais e ambientais.

Em dezembro, deverá começar o enchimento do reservatório de 834 km² da usina de Itaparica, no rio São Francisco, na divisa entre Pernambuco e Bahia, que gerará 2 mil 500 MW. Os municípios de Petrolândia (PE), Itacaruba (PE), Rodelas (BA) e mais 24 núcleos urbanos desaparecerão sob as águas, junto com as terras férteis da vazante, atingindo 39 mil 240 pessoas (12 mil 630 nas cidades e 26 mil 610 no campo) que serão compulsoriamente reloçadas.

Desde 1976, sete sindicatos de trabalhadores rurais lutam contra a Companhia Hidroelétrica do São Francisco em torno de políticas de reassentamento e indenização. Inicialmente, os sindicatos reivindicavam lotes de seis hectares para cada família, mas a empresa ofereceu três. Detalhe sadomasoquista: uma das áreas indicadas para o reassentamento, em Belém de São Francisco, chegou a ser recomendada por um Grupo de Trabalho do governo de Pernambuco para a instalação de uma Estação Experimental de Desertologia, por ser uma das mais áridas do Brasil.

Em dezembro passado, depois que 700 lavradores ocuparam o canteiro de obras da Chesf, em Petrolândia, chegou-se a um acordo, aprovado pelo Banco Mundial, em Washington. Atualmente, a companhia já desapropriou a região da borda do lago e adquiriu a posse de áreas apropriadas para o reassentamento. Não obstante, a poucos meses da inundação, nenhuma casa foi construída e nenhum projeto de irrigação iniciado.

A longo prazo, novas turbinas também serão instaladas na usina de Tucuruí, no Pará, cujo lago de 2 mil 430² será ampliado com aumento de cota (de 72 para 74). A qualidade da água do reservatório que inundou uma extensa área da floresta sem desmatamento continua sob atenta observação. Os índios Paracanãs retirados da região, reivindiram revisão do acordo e compensação pelos prejuízos causados pelo alagamento da reserva. A Eletronorte não reconhece as reivindicações dos índios Gaviões, da Montanha, expulsos da área. A área de proteção do reservatório enfrenta, também, a invasão de colonos sem terra.

Até 1989 deverá estar em funcionamento a usina de Samuel, em Rondônia, no rio Jamari, com 216 MW. Adeus a 656 km² de floresta tropical de terra firme e árvores de 35 metros de altura. Setecentos índios Uru-Eu-Wau-Waus e um número desconhecido de índios arredios serão afetados, além de seringueiros e 362 proprietários rurais.

No norte de Goiás, a usina de Cana Brava, no rio Tocantins, começará a ser construída em setembro de 1989. Inundará 126 km² de terras para gerar 480 MW, afetando índios Avá-Canoeiros até hoje não contatados. Atualmente, explosões de 200 kg de dinamite estremecem a floresta seis vezes por dia. Os índios não devem estar calmos.

A hidroelétrica de Cachoeira Porteira, de 750 MW, no rio Trombetas, no Pará, inundará 912 km² de floresta tropical densa e floresta tropical aberta, atingindo posseiros, fazendeiros de gado, 700 índios Kaxuyunas, Wai-Wais e índios arredios. As obras, que deverão ser iniciadas em 1988, também afetam tabuleiros de areia usados para a desova de 70% das tartarugas gigantes da Amazônia. A Eletronorte esclarece que vai proteger os quelônios.

A usina de Ji-Paraná, em Rondônia, inundará 912 km² para gerar 568 MW para Porto Velho, afetando projetos de colonização do Incra e atingindo 2 mil 670 pessoas. As reservas de Lourdes e Tenharim, dos índios Gaviões e Araras, e a Reserva Biológica de Jaru também serão atingidas. Paradoxalmente, depois de ter financiado a demarcação das reservas no pacote do Polonoroeste, o Banco Mundial vai, agora, financiar a sua inundação. "Isso é pura loucura", classificou Hugh W. Foster, diretor dos Estados Unidos na Diretoria Executiva do Banco Mundial, em 1986. Foster votou contra os empréstimos pedidos pelo Brasil para a obra, mas foi voto vencido.

Também em Rondônia, a usina de Ávila inundará 10 km² de cerrado para gerar 28 MW, afetando propriedades rurais, índios Tubarões e Latundes, além de tribos arredias. Em Roraima, a usina de Paredão - com capacidade de 27 MW - inundará 5,6 km² do território dos Ianomamis. Contatos indiscriminados com o pessoal do canteiro de obras já ameaçam a saúde dos índios. Até agora, nenhuma reserva da região foi demarcada. (JB - 21/6/87)

PROPOSTA POPULAR DE EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

ASSUNTO

REFORMA AGRÁRIA, POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA

Entidades associativas que se responsabilizam pela idoneidade das assinaturas ou impressões digitais abaixo: ABRA; AJUP; CEDI; CGT; CIMI; CONTAQ; CFO; CUT; DIAP; DIOCESE DE GOIÁS; FASEC; FENAC; INCLEB; INESC; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA; NEGRA; UNI

Subscrivemos a Proposta reproduzida no anverso da presente folha, a ser apresentada à Assembleia Nacional Constituinte, nos termos do artigo 24 de seu Regimento Interno, como Emenda, onde couber, ao Projeto de Constituição, sem prejuízo de alguma de suas hens já terem sido incorporados ao Projeto.

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço		Município/Estado		
Nº Título de eleitor	Zona	Seção	Município/Estado	

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço		Município/Estado		
Nº Título de eleitor	Zona	Seção	Município/Estado	

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço		Município/Estado		
Nº Título de eleitor	Zona	Seção	Município/Estado	

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço		Município/Estado		
Nº Título de eleitor	Zona	Seção	Município/Estado	

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço		Município/Estado		
Nº Título de eleitor	Zona	Seção	Município/Estado	

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço		Município/Estado		
Nº Título de eleitor	Zona	Seção	Município/Estado	

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço		Município/Estado		
Nº Título de eleitor	Zona	Seção	Município/Estado	

Nome				Assinatura ou Impressão Digital
Endereço		Município/Estado		
Nº Título de eleitor	Zona	Seção	Município/Estado	

Entidade associativa que se responsabiliza pela idoneidade das assinaturas ou impressões digitais da presente folha:				
Nome		Endereço		
Nome do Responsável		Assinatura do Responsável		

PROPOSTA POPULAR DE EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

"Emenda sobre Reforma Agrária, Política Agrícola e Fundiária"

Inclua-se na Constituição Brasileira onde couber:

Art. 1º — Ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma obrigação social.

§ 1º — O imóvel rural que não corresponder à obrigação social será arrecadado mediante a aplicação dos institutos da Perda Sumária e da Desapropriação por Interesse Social para fins de Reforma Agrária.

§ 2º — A propriedade de imóvel rural corresponde à obrigação social quando, simultaneamente:

a) é racionalmente aproveitado;
b) conserva os recursos naturais renováveis e preserva o meio ambiente;

c) observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho e de produção e não motiva conflitos ou disputas pela posse ou domínio;

d) não excede a área máxima prevista como limite regional;

e) respeita os direitos das populações indígenas que vivem nas suas imediações.

§ 3º — O imóvel rural com área superior a sessenta (60) módulos regionais de exploração agrícola terá o seu domínio e posse transferidos, por sentença declaratória, quando permanecer totalmente inexplorado, durante três (03) anos consecutivos, independentemente de qualquer indenização.

§ 4º — Os demais imóveis rurais que não correspondem à obrigação social serão desapropriados por interesse social para fins de Reforma Agrária, mediante indenização paga em títulos da dívida agrária, de valor por hectare e liquidez inversamente proporcionais à área e à obrigação social não atendida, e com prazo diretamente proporcional aos mesmos fatores.

Art. 2º — A indenização referida no art. 1º, § 4º, significa tornar sem dano unicamente em relação ao custo histórico de aquisição e dos investimentos realizados pelo proprietário, seja da terra nua, seja de benfeitorias, e com a dedução dos valores correspondentes a investimentos públicos e débitos em aberto com instituições oficiais.

§ 1º — Os títulos da dívida agrária são resgatáveis no prazo de vinte anos, a partir do quinto ano, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.

§ 2º — A declaração de interesse social para fins de Reforma Agrária opera automaticamente a imissão da União na posse do imóvel, permitindo o registro da propriedade. Qualquer contestação na ação própria ou em outra medida judicial somente poderá versar sobre o valor depositado pelo expropriante.

§ 3º — A desapropriação de que fala este artigo se aplicará tanto à terra nua quanto às benfeitorias indenizáveis.

Art. 3º — O imóvel rural desapropriado por interesse Social para fins de Reforma Agrária será indenizado na proporção da utilidade que representa para o meio social e que tem como parâmetros os tributos honrados pelo proprietário.

Parágrafo Único — A desapropriação de que trata este artigo é de competência exclusiva da União, e poderá ser delegada através de ato do Presidente da República.

Art. 4º — Ninguém poderá ser proprietário, direta ou indiretamente, de imóvel rural, de área contínua ou descontínua, superior a sessenta (60) módulos regionais de exploração agrícola, ficando o excedente, mesmo que corresponda à sua obrigação social, sujeito à desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária.

Parágrafo Único — A área referida neste artigo será considerada pelo conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário no País.

Art. 5º — Durante a execução da Reforma Agrária ficam suspensas todas as ações de despejos e de reintegração de posse contra arrendatário, parceiros, posseiros e outros trabalhadores rurais que mantenham relações de produção com o titular do domínio da gleba, ainda que indiretamente.

Art. 6º — Estão excluídos de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária os imóveis rurais direta e pessoalmente explorados em dimensão que não ultrapasse a três (03) módulos regionais de exploração agrícola.

§ 1º — É dever do Poder Público promover e criar as condições de acesso do trabalhador à propriedade da terra economicamente útil, de preferência na região em que habita, ou, quando as circunstâncias urbanas ou regionais o aconselharem, em zonas plenamente ajustadas, na forma que a lei vier a determinar.

§ 2º — O Poder Público reconhece o direito à propriedade da terra agrícola na forma cooperativa, condominial, comunitária, associativa, individual ou mista.

Art. 7º — Terras públicas da União, Estados, Territórios e Municípios somente serão transferidas a pessoas físicas brasileiras que qualifiquem para o trabalho rural mediante concessão de Direito Real de Uso da Superfície, limitada a extensão a três (03) módulos regionais de exploração agrícola, excepcionados os casos de cooperativas de produção originais do processo de Reforma Agrária e ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 13 e 14.

Art. 8º — Pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras não poderão possuir terras no País cujo somatório, ainda que por interposta pessoa, seja superior a três (03) módulos regionais de exploração agrícola.

Art. 9º — Aos proprietários de imóveis rurais de área não excedente a três (03) módulos regionais de exploração agrícola que os cultivem, explorem diretamente, neles residam e não possuam outros imóveis rurais, e aos beneficiários da Reforma Agrária, serão asseguradas as condições de apoio financeiro e técnico para que utilizem adequadamente a terra.

Parágrafo Único — É insuscetível de penhora a propriedade rural até o limite de três (03) módulos regionais de exploração agrícola, incluída a sua sede, explorada diretamente pelo trabalhador que nela resida e não possua outros imóveis rurais. Nesse caso, a garantia pelas obrigações limitar-se-á à safra.

Art. 10 — A desapropriação por utilidade pública dos imóveis rurais mencionados no artigo 9º somente poderá ser feita, se assim preferir o expropriado, mediante permuta por área equivalente situada na região de influência da obra motivadora da ação.

Art. 11 — A Contribuição de Melhoria será exigida aos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas e terá por limite global o custo das obras públicas que incluirá o valor das despesas e indenizações devidas por eventuais desvalorizações que as mesmas acarretem, e por limite individual, exigido de cada contribuinte, a estimativa legal do acréscimo de valor que resultar para imóveis de sua propriedade.

§ 1º — A Contribuição de Melhoria será lançada e cobrada nos dois anos subsequentes à conclusão da obra.

§ 2º — O produto da arrecadação da Contribuição de Melhoria das obras realizadas pela União nas áreas de Reforma Agrária destinar-se-á ao Fundo Nacional de Reforma Agrária.

Art. 12 — O Poder Público poderá reconhecer a posse pacífica, em imóveis rurais públicos ou privados, sob certas condições impostas aos beneficiários e em área que não excede três (03) módulos regionais de exploração agrícola.

Art. 13 — Todo aquele que, não sendo proprietário rural, possuir como sua, por três (03) anos ininterruptos, sem justo título ou boa fé, área rural particular ou devoluta contínua, não excedente a três (03) módulos regionais de exploração agrícola, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada permanente, adquirir-lhe-á o domínio mediante sentença declaratória, a qual servirá de título para o registro imobiliário respectivo.

Art. 14 — Lei Federal disporá sobre as condições de legitimação de ocupação até três (03) módulos regionais de exploração agrícola de terras públicas para aqueles que as tornarem produtivas, com seu trabalho e de sua família.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 15 — Até que a lei especial determine a forma de cálculo do Módulo Regional de Exploração Agrícola, referido nos Artigos 1º, 4º, 6º, 7º, 8º, 9º, 12, 13 e 14 e defina a área geográfica das respectivas regiões, será utilizado o cálculo descrito para o módulo fiscal no Artigo 50, § 2º, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a redação dada pelo Art. 1º da Lei 6.746 de 10 de dezembro de 1979, e no art. 4º do Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980, e considerado como região o Município ou grupo de Municípios com características econômicas e ecológicas homogêneas.

Art. 16 — A receita pública da tributação dos recursos fundiários rurais deverá atender exclusivamente aos programas governamentais de desenvolvimento rural e, preferencialmente, ao processo de reforma agrária.

Art. 17 — Será constituído o Fundo Nacional de Reforma Agrária, com dotação orçamentária de no mínimo 5% da receita prevista no orçamento da União.

Informações e devolução deste formulário:

INESC - SCS - Q. 08 - Supercenter Venâncio 2.000, Bloco B, nº 50, salas 435/441 - 70.333 - Brasília-DF - Fone: (061) 226-8093
O formulário preenchido deve chegar ao INESC até o dia 10 de julho de 1987.